

A FORMAÇÃO DO GRADUANDO EM LETRAS PORTUGUÊS: ENTRE SABERES E EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Francisco Isaque Bezerra de Souza¹; Giseli dos Santos Alves da Silva²; Cicera Alves Agostinho de Sá³

¹Universidade Estadual do Ceará, FECLI, Iguatu-CE, Brasil, e-mail:

isaque.souza@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará, FECLI, e-mail: giseli.santos@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará, FECLI, e-mail: cicera.agostinho@aluno.uece.br

Resumo: O presente estudo visa discutir a relevância do estágio como componente formador do graduando e como essas experiências são fundamentais para a compreensão da interação da teoria e prática. Dessa forma, a partir dos estudos teóricos realizados por Mesquita (2010), discorreremos sobre a relevância do estágio supervisionado na formação do graduando e como a formação teórica pode contribuir para as concepções que o graduando adota em sala de aula. Além disso, para as discussões a respeito da relação entre teoria e prática no contexto do estágio supervisionado, pautamo-nos estudos realizados por Pimenta e Lima (2006), nos quais são apontadas divergências existentes entre esses dois campos e como o campo do estágio é fundamental na elaboração profissional do graduando. Além disso, contempla a exposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), suas funcionalidades e aplicabilidades dentro do contexto escolar, ressaltando sua importância para o sistema de ensino. Acrescenta-se a este estudo as contribuições de Geraldi (1984), que dialoga sobre as concepções de linguagem e suas relações com a aplicabilidade na sala de aula. Os resultados confirmam que há um distanciamento entre teoria e prática, bem como sua interpretação equivocada dessa relação. Por fim, a partir das experiências vividas pelo estagiário, foi possível perceber as dificuldades existentes dentro da sala, principalmente no que diz respeito à falta de interação e motivação que os alunos apresentaram com relação às aulas.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Teoria e prática. Formação docente. Língua Portuguesa. Ensino Médio.

Introdução

A temática deste trabalho justifica-se pela relevância do campo do estágio no contexto do Ensino Médio e por sua importância na formação do graduando, considerando a aproximação entre teoria e prática como aspecto fundamental do processo formativo. Ao vivenciar o ambiente escolar, o licenciando tem a oportunidade de aplicar os conhecimentos desenvolvidos ao longo da graduação, especialmente ao entrar em contato com documentos

normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Dessa forma, problematiza-se a efetiva aplicabilidade das diretrizes propostas pela BNCC (Brasil, 2017) no contexto real das escolas públicas, marcadas por diversas limitações estruturais e pedagógicas. Nesse sentido, tornam-se possíveis algumas reflexões: de que forma a BNCC é abordada em sala de aula? Como ocorre a relação entre teoria e prática a partir da ótica do graduando? Refletir sobre essa tensão é fundamental para compreender os alcances e os limites da formação inicial docente.

Conforme anunciado no resumo, este trabalho pauta-se no objetivo de discutir a relevância do estágio como componente formativo do graduando e evidenciar como essas experiências são fundamentais para a compreensão da interação da teoria e prática, com base nas contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e em sua presença no campo educacional brasileiro. Busca-se identificar suas principais características e objetivos a serem aplicados pelos professores em sala de aula. Além disso, abordam-se os desafios enfrentados ao tentar, à luz da BNCC (Brasil, 2017), a aplicação dos conteúdos pela professora supervisora do estágio de observação.

A seguir, discutem-se alguns temas desenvolvidos no contexto do estágio a partir de teóricos que oferecem importantes contribuições para a área do ensino. Entre eles, destaca-se Geraldi (1984), cuja obra tem sido fundamental para a compreensão das diferentes concepções de linguagem presentes no ensino de Língua Portuguesa. Além disso, aborda-se o distanciamento entre o currículo universitário e sua progressão lógica de ensino, com base nos estudos de Pimenta e Lima (2006), bem como a falsa noção de hierarquização existente entre teoria e prática.

Outro aspecto importante deste estudo é a análise de como Mesquita (2010) aborda o conceito de aluno-professor e as relações estabelecidas no estágio supervisionado realizado no contexto do Ensino Médio em escola pública. As escolhas teóricas para este trabalho visa analisar os paralelismos entre o sistema de ensino – especialmente os documentos oficiais que fundamentam o ensino público brasileiro – e as experiências de estagiários enquadrados no contexto escolar. Em seguida, detalha-se a metodologia aplicada em todas as etapas do estágio, concebida de modo a contemplar o contato com os alunos e suas particularidades.

Além disso, de forma sucinta, expõem-se as observações e reflexões realizadas pelo estagiário, relacionando-as com as teorias abordadas neste estudo, com o objetivo de compreender como a teoria se articula com a prática e contribui para a formação do graduando como futuro professor. Por fim, apresenta-se uma síntese do que foi discutido, ressaltando os principais pontos deste artigo e reafirmando questões relativas ao estágio supervisionado com

A influência do Estágio Supervisionado na formação do graduando em Língua Portuguesa

É possível compreender o estágio como um campo de conhecimento prático, isto é, um espaço em que evidencia a relação entre teoria e prática. Ao longo da formação em licenciatura, esse tema tem sido amplamente discutido. Não é improvável experienciar cenas nas quais são delimitadas uma hierarquização entre teoria e prática, indicando que a prática seria mais importante que a teoria, ou o oposto seria verdadeiro. Mas antes de adentrarmos nessas relações, é necessário destacar o papel do estágio.

Nesse sentido, Pimenta e Lima (2006, p. 133) destacam que “enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas”. Dessa forma, a atividade de estágio é realizada por meio da interação entre diferentes campos dos saberes. Retomando as discussões a respeito da relação existente entre teoria e prática, é necessário levantar algumas questões: como essa interação funciona no contexto da sala de aula? Existe, de fato, uma hierarquização entre esses dois aspectos? É possível teoria e prática coexistirem de maneira igualitária entre si?

Pimenta e Lima (2006) ressaltam que a prática é um exercício necessário para qualquer profissão, uma vez que, a partir dela o graduando pode observar o entrelaçamento entre teoria e prática, compreendendo o papel de cada uma delas. Nesse sentido, destaca-se um aspecto fundamental ao qual o graduando precisa se atentar: a observação. Sobre a relevância desse momento, Pimenta e Lima (2006, p. 135) apontam que:

Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, nos observando, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescenta novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram.

Dessa forma, destaca-se a importância do professor supervisor em sala de aula, atuando como mediador do graduando nesse processo de aprendizagem. Assim, o licenciando pode compreender, de maneira objetiva, quais caminhos ele poderá seguir em sua formação profissional.

Portanto, por meio da observação e prática, o licenciando pode desenvolver uma compreensão mais aprofundada da relação entre teoria e prática, uma vez que não há divisão ou hierarquização desses aspectos na construção da profissão docente, visto que “a profissão

docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino”. (Pimenta; Lima, 2016, p. 139).

Nesse sentido, destaca-se a importância dessa compreensão aprofundada do papel docente e de como essa construção pode ser realizada com vistas a um melhor direcionamento da prática profissional, uma vez que a atividade docente ultrapassa a dimensão do trabalho técnico, configurando-se como uma prática social, pois contribui para a formação integral dos estudantes, sem limitar ao domínio de conteúdos abordados pelo professor. Na seção seguinte, abordamos as práticas de linguagem desenvolvidas no contexto do Ensino Médio, bem como suas principais características e desafios.

Práticas de linguagem a partir da BNCC

No contexto do Ensino Médio, as práticas de linguagens são trabalhadas de maneira mais aprofundada em comparação com o Ensino Fundamental, compreendendo que os estudantes, nessa etapa, são capazes de desenvolver uma compreensão mais crítica a respeito do contexto em que vivem. Dessa forma, essas práticas possibilitam o desenvolvimento progressivo das habilidades de leitura, escrita, análise e compreensão das mais diferentes linguagens. (Brasil, 2018).

Em concordância com a LDB/96, a BNCC (2018) propõe que é cabível ao Ensino Médio:

Aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos. (Brasil, 2018, p. 498).

Dessa forma, é possível verificar que o objetivo é ampliar o estudo da língua para além de ler, ouvir e produzir texto, uma vez que se busca trabalhá-la a partir de uma perspectiva crítica, levando os estudantes a refletirem criticamente sobre a linguagem, compreendê-la e utilizá-la em diferentes situações e com propósitos previamente estabelecidos.

No contexto do Ensino Médio, essas discussões podem ser elaboradas por meio de diferentes gêneros textuais, conforme já indicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000). Desde a década de 1990, estudiosos do ensino de Língua Portuguesa vêm propondo

abordagens nessa perspectiva. Para o Ensino Médio, a BNCC (Brasil, 2018) aponta que:

Os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. (Brasil, 2018, p. 498).

Sendo assim, a BNCC contribui em diversos aspectos ao orientar o uso da linguagem no que se refere à produção de textos, relacionando essas atividades a diferentes contextos sociais, tendo como relevantes os propósitos comunicativos nesse processo.

No Ensino Médio, as práticas de linguagem sistematizadas objetivam a formação crítica dos estudantes, contribuindo para a autonomia do sujeito enquanto usuário da língua, isto é, capacitando-o a interagir nos mais diversos contextos sociais. Dessa forma, a BNCC (Brasil, 2018) aponta que essas práticas são: leitura e análise de textos, produção de textos orais e escritos, escuta e oralidade em situações formais e informais, análise linguística e semiótica.

Essas práticas são desenvolvidas a partir de várias ferramentas que o professor dispõe. Posteriormente, serão relatadas, com base nas experiências de estágio no contexto do Ensino Médio, as formas pelas quais essas práticas são trabalhadas em sala de aula. Na seção seguinte, abordamos os desafios encontrados no ensino público brasileiro, destacando os principais fatores que o tornam um espaço frequentemente marginalizado.

Entre teoria e prática: desafios enfrentados no contexto escolar

Na contemporaneidade, a sociedade é marcada por um acelerado avanço tecnológico, cuja rapidez essa que influencia as mais diversas áreas, como a cultura e as relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a escola também é afetada por essas mudanças, haja vista que se configura como instituição social que não está indiferente às tensões sociais. Sobre essa relação entre educação e sociedade, Jesus *et al.* (2015, p.284) apontam que “a educação é um processo que envolve valores, transmissão e construção de relações sociais e, por isso, precisa estar voltada para as transformações culturais da sociedade”.

Dessa forma, ao refletirmos sobre os desafios presentes nas escolas brasileiras, é necessário compreender que a escola é uma extensão da sociedade e, por isso, carrega, em maior ou menor medida, problemáticas que extrapolam o espaço escolar. Embora o país seja frequentemente caracterizado por sua dimensão “continental”, a realidade nas escolas brasileiras, apesar de ter suas particularidades, apresenta diversas semelhanças. Nesse contexto, questiona-se: como as leis amparam os jovens estudantes?

Conforme o Parágrafo IX, do Artigo 4, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 1996, é dever do Estado garantir a efetivação mínima para que a educação escolar brasileira seja oferecida com qualidade e de forma igualitária. Todavia, será que a realidade escolar brasileira é de fato um ambiente que atende aos requisitos impostos nas leis? Sobre o ideal almejado da educação brasileira, a Constituição Federal (1988) indica que é preciso haver igualdade entre os sujeitos e formação destes para uma vida mais íntegra:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. 137)

Embora amparado por leis que asseguram e defendem a qualidade do ensino, por meio das experiências do estágio supervisionado foi possível traçar um paralelo entre o que a Constituição determina e o que, de fato, é aplicado em sala de aula de uma escola pública. Posteriormente, serão discutidos, a partir das experiências do estagiário, os principais aspectos dessa relação.

Escolhas metodológicas para este estudo

As abordagens metodológicas adotadas neste trabalho foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, uma vez que a articulação entre teoria e prática, no contexto do estágio supervisionado, é fundamental para a compreensão geral deste estudo. Assim, Lima e Miotto (2007, p. 38) destacam que “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Com relação à pesquisa de campo, Brasileiro (2021, p. 76) aponta que “é uma investigação empírica, realizada *in loco*”. O Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III configura-se como uma atividade de campo, pois as vivências tomadas como objeto de reflexão na seção seguinte foram coletadas em aulas de observação ministradas pela professora supervisora, compreendidas como contexto de aprendizagem para o estagiário, que se constitui como docente em formação.

Reflexões acerca do estágio supervisionado de observação no Ensino Médio

O Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III foi realizado entre os meses

de abril a julho de 2025, na Escola Estadual de Educação Profissional Amélia Figueiredo de Lavor, na cidade de Iguatu-CE. A atividade de observação foi realizada em turmas distintas de 1º e 2º ano, de forma concomitante. Cada sala comportava cerca de 35 alunos e alunas, com faixa etária de 15 a 16 anos. Direcionei minha observação para identificar como a Língua Portuguesa é trabalhada, bem como as ferramentas e didáticas utilizadas, todavia com uma observação atenta às possíveis dificuldades e desigualdades sociais que poderiam existir nesse contexto.

Ao longo do período de observação, foi possível acompanhar o cotidiano das turmas e, a partir disso, analisar aspectos do processo educativo em sala de aula. O foco das aulas esteve voltado ao desenvolvimento das práticas de linguagem, nas quais o texto literário foi contemplado. A partir das leituras realizadas, os estudantes puderam refletir acerca do que foi lido e expressar suas opiniões. Além da interpretação do texto, também foram explorados conteúdos gramaticais, como classificação de palavras e a compreensão de suas funções em diferentes contextos de comunicação. De modo geral, os alunos conseguiram desenvolver satisfatoriamente as atividades propostas em sala.

Embora a escola apresente uma parcela de estudantes que possuem, em algum nível, dificuldades de leitura e compreensão de textos, de modo geral, registra-se índices regulares de desenvolvimento. A professora supervisora de estágio demonstrou domínio dos conteúdos trabalhados em sala de aula, além de conduzir as turmas de maneira a manter a sala, quase sempre, em completa harmonia.

No entanto, mesmo diante desse cenário favorável, foram identificadas algumas questões relacionadas a estudantes com desempenho abaixo do esperado para a série cursada. Muitos deles demonstraram pouco domínio na compreensão de textos simples. Uma das perguntas que me fiz foi: quais são os motivos que não permitiram a esses alunos terem um desempenho mais aprofundado com relação à leitura e produção de textos?

Embora a LDB 9.394/96 estabeleça algumas garantias, estas não alcançam uma parcela da população, o que contribui para o baixo desempenho escolar. Em geral, a população mais afetada é a mais pobre e marginalizada. Essa questão chama a atenção para um problema não pontual, mas sistemático. Castro (2009, 675) realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender o crescimento médio do número de anos de permanência dos estudantes na escola. A partir dos dados coletados, foi possível obter uma média de 7,3 anos de escolarização, sendo que a região Sudeste atingiu 8,0 anos, obtendo o maior índice e o Nordeste com a menor média, 6,0 anos.

Ao considerar o que estabelece a Constituição Federal de 1988, observa-se que a

escolarização mínima prevista corresponde a oito anos de estudo, o que evidencia lacuna significativa nesse processo. Além disso, segundo Castro (2009), fatores como localização, raça e cor constituem indicadores que contribuem para o agravamento desse tempo médio de escolarização; ou seja, a depender dessas variáveis, o estudante poderá permanecer por mais ou menos tempo na escola.

Ao participar de momentos de planejamento com a professora supervisora, foi possível compreender alguns contextos desses estudantes, cujas trajetórias, por vezes, eram perpassadas por vulnerabilidades econômicas e sociais, influenciando diretamente no seu desenvolvimento escolar. Como já apontado por Jesus *et al.* (2015), a escola é uma instituição social e, por isso, está diretamente ligada à sociedade e suas particularidades. Assim, os desafios observados em sala de aula vão além desse espaço, ao relacionar-se com as fragilidades do sistema educacional em etapas anteriores.

Nesse contexto de desigualdade, muitos estudantes demonstram pouco ou nenhum interesse pelo que é desenvolvido em sala de aula. Sobre isso, Silva (2015) destaca que as dificuldades de engajamento por parte dos alunos são uma das maiores dificuldades que os profissionais da educação enfrentam na sala de aula. O autor afirma que essas situações possuem relação direta com fatores sociais, políticos e econômicos. Muitos estudantes, por exemplo, enfrentam dificuldades em casa, como a ausência de estrutura, a necessidade de trabalhar para complementar a renda ou a falta de apoio emocional, aspectos que impactam diretamente sua motivação e rendimento escolar.

Conclusão

Durante a produção desta escrita, abordamos conceitos importantes para a compreensão das questões que envolvem o estágio supervisionado, com o objetivo de compreender o contexto em que se realiza, as práticas de linguagem e a forma como o desempenho dos estudantes é influenciado por fatores que extrapolam o contexto escolar. Assim, buscou-se analisar de que maneira essas questões atravessam as observações do estagiário a partir da fundamentação teórica.

Portanto, conforme a BNCC (2018), no que se refere às práticas de linguagem, pode-se afirmar que as aulas observadas foram realizadas com base em suas diretrizes. Entretanto, a realidade escolar se mostra distante do ideal proposto pela LDB9.394/96, que estabelece que a educação deve ser ofertada de maneira igualitária.

Além disso, discutiram-se as dificuldades enfrentadas pela educação brasileira no

que se refere à desigualdade social e à forma como a escola, enquanto extensão da sociedade, é afetada por essas questões sociais. Além das discussões realizadas a partir de um olhar crítico para a Constituição Federal de 1988, também foram de fundamental importância as vivências e reflexões abordadas na atividade de devolutiva realizada na escola para a professora supervisora, mediada pela professora da disciplina na FECLI/UECE, no qual o estagiário apontou questões relevantes para as discussões propostas.

A partir da pesquisa realizada por Castro (2009), foi possível observar como a desigualdade na educação brasileira tem cor, localidade e gênero. Embora seja inviável afirmar que todas as escolas públicas brasileiras estão sob as mesmas condições e dificuldades, de igual modo, é possível afirmar que a educação brasileira está sob o mesmo julgo: a desigualdade social. Sobre esses dados, por meio das reflexões do estagiário, foi plausível apontar que foram encontradas desigualdades sociais no campo de estágio do graduando.

Sobre os pontos aqui destacados, em especial como o sistema educacional se faz negligente à certa parcela dos estudantes, é relevante destacar que se faz necessário mais estudos a respeito dessa temática, abrindo espaço para novas pesquisas e discussões, principalmente em regiões periféricas, mas também em zona rural, haja vista que, por vezes as políticas públicas chegam de maneiras diferentes a depender da localidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CASTRO, José Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673–697, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

JESUS, Anderson Nildo dos Santos de; ANDRADE, Andressa Freitas de; FERREIRA, Rafaela Caroline; ARAÚJO, Ayala de Sousa. Desafios atuais da educação: reflexões sobre a constante busca da (re)construção da práxis pedagógica no processo de inclusão social de

nossos alunos. In: **SEMANA DA EDUCAÇÃO, 16.; SIMPÓSIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**. Londrina: Faculdade de Educação – UEL, 2015.

Disponível em:

<https://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERES%20E%20PRATICAS/DESAFIOS%20ATUAIS%20DA%20EDUCACAO%20PRAXIS%20PEDAGOGICA%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUSAO%20SOCIAL%20DE%20NOSSOS%20ALUNOS.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MESQUITA, D. N. de C. Teoria, prática, estágio supervisionado e formação docente. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 37, 2011. DOI: 10.5216/rp.v21i1.16276. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/sv/article/view/21>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: teoria e prática – diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006.

Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 16 jul. 2025.

